



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS**

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima – Trindade  
CEP: 88040-900 – Florianópolis – SC  
Telefone: (48) 3721-7002 – 3721-7303 – 3721-4916  
E-mail: conselhos@contato.ufsc.br

**ATA Nº 7 DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**  
**SUSPENSÃO EM 5 DE JUNHO DE 2018**

Ata de continuação da Sessão do Conselho  
Universitário suspensa em 5 de junho, às 14  
horas, na sala Prof. Ayrton Roberto de  
Oliveira.

1 Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na sala  
2 Prof. Ayrton Roberto de Oliveira, reuniu-se o Conselho Universitário da Universidade  
3 Federal de Santa Catarina (UFSC), convocado através do Ofício Circular nº 7/2018/CUn, a  
4 fim de proceder à discussão acerca daquela ordem do dia, sob a presidência do Prof. Ubaldo  
5 Cesar Balthazar, Magnífico Reitor *pro tempore*. Compareceram à sessão, conforme a lista de  
6 frequência subscrita em apartado: Alacoque Lorenzini Erdmann, Alexandre Marino Costa,  
7 Hugo Moreira Soares, Sebastião Roberto Soares, Graziela de Luca Canto, Alexandre Verzani  
8 Nogueira, Antônio Alberto Brunetta, Fabrício de Souza Neves, José Isaac Pilati, Everton das  
9 Neves Gonçalves, Arnaldo Debatin Neto, Antônio Renato Pereira Moro, Miriam Furtado  
10 Hartung, Carlos Antônio Oliveira Vieira, Irineu Manoel de Souza, Edson Roberto De Pieri,  
11 Eugênio Simão, João Luiz Martins, Cátia Regina Silva de Carvalho Pinto, Humberto Pereira  
12 Vecchio, Josimari Telino de Lacerda, Alessandra de Linhares Jacobsen, José Geraldo Mattos,  
13 Anderson Roberto Oliveira, Rosi Corrêa de Abreu, Newton de Mendonça Barbosa Júnior,  
14 João Gabriel da Costa e Marcus Vinícius dos Santos. Justificaram ausência os conselheiros  
15 Daniel Martins, Crysttian Arantes Paixão, Maique Weber Biavatti, Juliano Gil Nunes Wendt,  
16 Kelen Cristina Basso, Alexandra Susana Latini, Luciana Silveira Cardoso, Richard Perassi  
17 Luiz de Souza, Valério Valdetar Marques Portela Júnior, Pupela Machado Cardoso e Taylana  
18 Ramos Pirocca. Havendo quórum legal, o presidente deu as boas-vindas, agradeceu as  
19 presenças e passou à apreciação do primeiro item da pauta. **1. Processo nº**  
20 **23080.033454/2018-57 – Continuação das discussões acerca do Relatório Final da**  
21 **Comissão instituída pela Portaria nº 2394/2017/GR, com o objetivo de realizar o**  
22 **levantamento dos fatos relacionados ao processo que deu origem à operação Ouvidos**  
23 **Moucos e de suas consequências**, sob relatoria da Comissão instituída pela Portaria nº  
24 2394/2017/GR. O presidente passou a palavra à conselheira Josimari Telino de Lacerda,  
25 presidente da comissão, para que fizesse uma síntese do que fora a apresentação do relatório  
26 ao Conselho na sessão anterior, a fim de dar início às discussões. De posse da palavra,  
27 inicialmente, a conselheira expôs que o primeiro ponto apresentado se referia à experiência da  
28 universidade no ensino a distância (EaD) naqueles aspectos que culminaram com a  
29 implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) na UFSC. Apresentou também  
30 o histórico das mudanças ocorridas ao longo da implantação do Sistema UAB em todo o país  
31 e de alguns ajustes administrativos e normativos ocorridos. Chamou a atenção para o corte de  
32 recursos ocorrido durante o funcionamento de cursos e para algumas adaptações que foram  
33 necessárias, as quais tiveram a anuência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
34 Nível Superior (CAPES). Exemplificou apresentando cópia de *e-mails* trocados entre  
35 coordenadores do Sistema UAB na UFSC e a CAPES com aprovação do plano de atividades  
36 dos cursos em 2008 e 2010 que autorizava naquele momento a utilização de recursos de

37 custeio para pagamento de professores e tutores via fundações de apoio, no formato de bolsas.  
38 Continuou explicando que a segunda parte do relatório abordava as denúncias e/ou suspeitas  
39 de irregularidades nos cursos EaD do Sistema UAB/UFSC. Salientou que a comissão pautou  
40 seu relato nos itens para os quais foi possível acessar informações através de documentos ou  
41 entrevistas. Relatou que a comissão seguiu literalmente a encomenda do Conselho  
42 Universitário, ou seja, realizar um levantamento de informações que poderiam vir a esclarecer  
43 os fatos que levaram à operação “Ouvidos Mucos” e seu impacto sobre a Universidade.  
44 Disse que a comissão conduziu o processo pautando-se em documentos possíveis de serem  
45 utilizados por seus integrantes. Relatou a dificuldade da comissão no levantamento de  
46 documentos, uma vez que vários deles foram recolhidos para instrumentalizar as  
47 investigações, ou estavam no processo da operação, caracterizado como sigiloso. Informou  
48 que a comissão teve o cuidado de se orientar pelos documentos recebidos e pelas declarações  
49 dos professores. Disse que a comissão não considerou pertinente utilizar documentos  
50 veiculados pela mídia e que estavam no corpo do processo, caracterizados como informações  
51 vazadas do processo judicial. A conselheira explicou que o relatório reuniu elementos  
52 indicativos de que a maioria das denúncias tinham justificativas. Esclareceu que as  
53 justificativas estavam pautadas nas alterações e ajustes realizados no processo de implantação  
54 do Sistema UAB, com os cursos em andamento, e que foram relatados pelos entrevistados ou  
55 apresentados em documentos da universidade. Outras em adaptações administrativas ou em  
56 esclarecimentos de processos administrativos realizados. A conselheira registrou que durante  
57 outubro de 2017 e fevereiro de 2018 a comissão recebeu documentos e redigiu o relatório com  
58 base neles e nas entrevistas que puderam ser realizadas. Na sequência, elencou alguns  
59 impactos da operação, constantes no relatório, como a perda inestimável do professor Luiz  
60 Carlos Cancellier de Olivo; a exposição dos professores que ainda se encontravam afastados  
61 da Universidade; a redução considerável de recursos, das atividades em EaD, que foram  
62 prejudicadas; e o impacto, já identificado pela UFSC e relatado no CUn, no aporte financeiro  
63 de pesquisas e de atividades de extensão e em recursos captados com a verba dos  
64 parlamentares, que haviam reduzido bastante. Por fim, trouxe a lume a inquietação que sentia  
65 a respeito do fato de muitos projetos não terem sido apreciados pelo Conselho de Curadores  
66 (CC), um importante órgão de fiscalização dentro da UFSC, conforme ofício encaminhado  
67 por seu presidente à comissão. Explicou que a justificativa apresentada foi que o CC, à época,  
68 passava por problema de falta de pessoal. Enfatizou que aquela era uma questão para se  
69 discutir no Conselho Universitário, no sentido de verificar junto ao Conselho de Curadores  
70 quais eram as condições necessárias para proceder à análise dos projetos em tempo hábil, para  
71 que, assim, tivessem garantido o respaldo institucional e o processo de fiscalização interna  
72 qualificado. Após as considerações iniciais, passou-se à fase de debates, cujo registro das  
73 manifestações pode ser consultado na íntegra através do link  
74 <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187524>. Ato contínuo, em face dos amplos  
75 pontos de vista colocados, o presidente retomou a palavra e reforçou aos presentes que o  
76 objeto da sessão era receber e aprovar o relatório, tomar ciência do que foi solicitado à  
77 comissão e encaminhado ao Conselho, para apreciação daquilo que havia sido elaborado.  
78 Reiterou também que a comissão não fora constituída com o escopo investigativo e, sim, com  
79 o propósito de realizar um relato dos fatos e, nesse sentido, entendia que a partir dessa visão o  
80 posicionamento do CUn deveria ser pelo acolhimento ou não do relatório e pelo que se faria  
81 na sequência. Diante de tais considerações, o presidente propôs a submissão do relatório à  
82 votação, o que foi acatado. Diante do exposto, o Conselho Universitário homologou o  
83 relatório da comissão instituída pela Portaria nº 2394/2017/GR, que teve como objeto realizar  
84 levantamento dos fatos relacionados ao processo que deu origem à operação “Ouvidos  
85 Mucos” e de suas consequências. Na ocasião, o presidente indagou aos presentes se, diante  
86 da aprovação do relatório, fariam uma nova rodada de debates ou se discutiriam em reunião

87 posterior os encaminhamentos aventados. A conselheira Josimari Telino de Lacerda enfatizou  
88 que considerava não oportuno, e quem nem era papel do Conselho, naquele momento, pontuar  
89 exatamente todos os itens que deveriam ser estudados na condução do Sistema UAB. Disse  
90 que, no entanto, acreditava que, frente ao relatório construído, existiam pelo menos cinco  
91 eixos que o Conselho Universitário poderia discutir, aspectos de encaminhamento geral e que  
92 a administração central posteriormente analisaria como conduzi-los. A conselheira considerou  
93 não haver dúvidas de que os encaminhamentos e as ações delineadas dentro e fora da  
94 Universidade foram inapropriadas para com o professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo.  
95 Observou que a comissão reuniu elementos que deixavam claro de que o referido professor  
96 estava seguindo os trâmites administrativos pertinentes à posição de um reitor para as  
97 providências das denúncias a que teve acesso, e que havia provas disso no relatório.  
98 Considerou que a UFSC deveria se posicionar mais enfaticamente na defesa do reitor.  
99 Informou que o segundo eixo era referente ao posicionamento da UFSC pelo retorno dos  
100 professores afastados de suas atividades, e que isso não significava solicitar a suspensão das  
101 investigações ou questioná-las. Afirmou que elas prosseguiriam e os professores deveriam  
102 retornar às suas funções até que se obtivesse o resultado. No terceiro eixo, considerou  
103 necessário assegurar as condições administrativas e financeiras para a continuidade dos cursos  
104 EaD do Sistema UAB, para que os alunos não fossem prejudicados e que os cursos tivessem  
105 êxito em sua conclusão. Informou que o quarto eixo, já colocado anteriormente, era  
106 proporcionar as condições para que o Conselho de Curadores, instância fiscalizadora da  
107 Universidade, pudesse verificar a propriedade ou não do uso de recursos da UFSC, bem como  
108 fazer a análise dos projetos, para que, com isso obtivessem algumas respostas. Ressaltou que  
109 essa seria uma medida administrativa importante. Por último, destacou a importância de dar  
110 continuidade, criar ou acentuar o processo administrativo de investigação interna sobre as  
111 denúncias e sobre procedimentos “pouco ortodoxos” utilizados ao longo da história do  
112 Sistema UAB. Ressaltou que seria importante analisar o contexto em que ocorreram, sua  
113 pertinência e justificativa, sua plausibilidade, assim como dar os encaminhamentos devidos.  
114 Observou que a Universidade tinha elementos internos de investigação e que deviam utilizá-  
115 los, respeitando a legislação pertinente. Vencida a fase da discussão da matéria, o Conselho  
116 Universitário acatou as sugestões propostas e definiu que oportunamente discutiria os  
117 encaminhamentos apontados ao longo do debate. Na oportunidade, o presidente agradeceu o  
118 empenho da comissão naquela missão. **2. Apresentação do Relatório Final da Comissão da**  
119 **Memória e Verdade no âmbito da UFSC, instituída pela Portaria nº 2/2015/GR.** O  
120 presidente informou que, em virtude de viagem do professor Jean Marie Alexandre Farines,  
121 coordenador da comissão, o tema seria pautado em reunião cabível. **Informes gerais.** O  
122 conselheiro Carlos Antônio Oliveira Vieira pediu a palavra para relembrar que em reunião  
123 anterior foi solicitada a inclusão como ponto de pauta a questão acerca da cessão temporária,  
124 feita pela UFSC, de parte de seu terreno para alargamento da Av. Deputado Antonio Edu  
125 Vieira, e ponderou que seria muito importante que esse ponto fosse objeto de discussão em  
126 reunião oportuna. O conselheiro José Isaac Pilati citou os problemas da falta de cancelas no  
127 Campus Trindade, tendo em vista a dificuldade que os professores relatavam ao chegar para  
128 ministrar suas aulas e não encontrar local para estacionar. O conselheiro João Gabriel da  
129 Costa solicitou ao presidente que fizesse um relato acerca de sua participação na *3ª*  
130 *Conferência Regional da Educação Superior da América Latina e Caribe*, na cidade de  
131 Córdoba, Argentina. O presidente registrou sua alegria por ter participado desse evento,  
132 explanou que se tratava de um seminário sobre reforma do ensino superior, no qual se  
133 comemoraram os 100 anos da reforma universitária de 1918, movimento que influenciou,  
134 inclusive, o Brasil no desenvolvimento do ensino superior. Disse que o tom foi praticamente  
135 um só, da necessidade de políticas públicas com o financiamento público do ensino superior,  
136 a presença do estado garantindo a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, o que foi

137 enfatizado por vários reitores. Ponderou que foi muito interessante e produtivo participar de  
138 alguns debates, principalmente ouvir quem vinha debatendo tal questão havia mais tempo. A  
139 palavra foi concedida àqueles que dela quisessem fazer uso, e não existindo manifestações,  
140 tendo sido sgotados os itens da pauta, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a  
141 sessão, da qual, para constar, eu, Raquel Pinheiro, secretária executiva dos Órgãos  
142 Deliberativos Centrais, lavrei a presente ata, que, após ser aprovada, será assinada pelo senhor  
143 presidente e pelos demais conselheiros, estando a gravação integral da sessão à disposição em  
144 meio digital. Florianópolis, 26 de junho de 2018.